



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

ESTUDO PREPARATÓRIO (Anteprojeto) Concurso Público

1. Objeto

Autorização para a realização de concurso público, visando ao posterior preenchimento do cargo de Procurador do Ministério Público junto ao TCDF e de cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, de Auditor de Controle Externo – Área Especializada, na especialidade Tecnologia da Informação - Orientação Microinformática e Infra Estrutura de TI, e nas especialidades Psicologia e Arquivologia.

2. Justificativa

De acordo com o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, a investidura em cargo público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade de cada cargo.

Recentemente, no ano de 2020, foi realizado concurso público para o provimento de 01(uma) vaga para o cargo de Procurador do Ministério Público junto ao TCDF, regido pelo Edital nº 1 – TCDF – PROCURADOR, de 18 de fevereiro de 2020, seu resultado final publicado no DODF nº 212 no dia 12 de novembro de 2021, por meio do Edital nº 16 – TCDF – PROCURADOR, de 11 de novembro de 2021.

Foram classificados no concurso três candidatos na seguinte ordem:

1º Danilo Moraes dos Santos;

2º Alan do Nascimento Gomes;

3º Rebeca Souza Cavalcante de Oliveira.

Mediante ato de nomeação publicado no DODF de 25 de novembro de 2021, o primeiro colocado no referido concurso, Danilo Moraes dos Santos, foi nomeado para o exercer o Cargo de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, em cujo exercício permaneceu até ser exonerado, a pedido, em 13 de julho de 2023, ocasião em que procedeu-se a convocação do segundo colocado no concurso, o senhor Alan do Nascimento Gomes, o qual, em 16 de agosto de 2023, apresentou termo de desistência de nomeação e posse.

Indagada sobre o interesse em ocupar o cargo vago, a terceira aprovada, Sra. Rebeca Souza Cavalcante de Oliveira, apresentou termo de desistência de Nomeação e Posse, encaminhado por meio do Ofício 721/2023-GPG.

Desta forma, com o esgotamento da lista de cadastro reserva, não foi possível preencher a vaga em questão, ficando vago um cargo de Procurador do MPCDF.

Ademais, de acordo com a consulta realizada junto ao Serviço de Cadastro Funcional, da Secretaria de Gestão de Pessoas, atualmente, um dos membros do MPCDF está em abono permanência, podendo se aposentar a qualquer momento.

Vale destacar que a Constituição Federal confere ao cargo de Procurador carácter essencial ao exercício das funções de fiscalização e controle externo do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

e individuais indisponíveis.

Pelo exposto, e diante do constante no Ofício nº 729/2023 – CPG (Peça 1), justifica-se a realização de um novo concurso para o cargo de Procurador do Ministério Público junto ao TCDF, tendo em vista que o concurso anterior não supriu a demanda de provimento para o cargo em comento.

No tocante ao cargo de Auditor de Controle Externo – Área Especializada, o último concurso realizado foi em 2013, com posse de novos servidores entre 2014/2016. Atualmente o quadro de ACE- Área Especializada, conta com um quantitativo de 76 cargos efetivos, dos quais 56 estão ocupados e 20 vagos.

Vale destacar, que foram encaminhados a esta Supervisão de Seleção Lotação e Estágio os seguintes memorandos: Memorando 46/2023- STI (Peça 5), Memorando nº 50/2023 – DSAUD (Peça 09), Memorando 65/2023 – COGEDOC (Peça 12), onde as respectivas unidades apontam um déficit técnico em relação ao escopo de atuação das especialidades abaixo discriminadas, decorrente da evolução tecnológica dos últimos anos ou devido a demanda crescente por serviços técnicos ofertados pelos profissionais dessas carreiras.

Cargo Efetivo	Vagas Ocupadas	Déficit Técnico
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – MICROINFORMÁTICA E INFRAESTRUTURA DE TI	04	- 03
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ARQUIVOLOGIA	03	- 02
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – PSICOLOGIA	02	- 02

Na Especialidade Tecnologia da informação – Orientação Microinformática e Infra Estrutura de TI, a Secretária de Tecnologia da Informação – STI pontua que nos últimos anos o avanço e a utilização de recursos tecnológicos se intensificaram e essas mudanças afetam significativamente a demanda por serviços e infraestrutura de TI no TCDF, que diante de uma crescente procura por soluções de tecnologia, enfrenta dificuldades para atendimento das necessidades do Tribunal com o quadro atual de servidores.

Vale destacar, que no âmbito da STI, existem os seguintes cargos de Auditores de Controle Externo – Área Especializada:

- a) **ACE – Área Especializada – Especialidade Tecnologia da Informação – Orientação Micro Informática e Infraestrutura de TI**
- b) ACE – Área Especializada – Especialidade Tecnologia da Informação – Sistemas de TI

O cargo “b”, o qual tem um escopo de atuação voltado para o desenvolvimento e manutenção de softwares, terá seu quadro fortalecido com a seleção em



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

andamento por meio do concurso regido pelo Edital nº 1 – TCDF/SERVIÇOS AUXILIARES, de 1º de agosto de 2023 com a previsão de realização das provas no dia 17/12/2023.

Já a especialidade voltada para a infraestrutura de TI, que tem como escopo a gestão dos serviços e ativos de TI, onde envolve a manutenção de todo o parque de computadores do TCDF, toda a infraestrutura de acesso à internet e backup, performance, acesso a rede wi-fi etc..., não foi contemplada na autorização do concurso anterior, apesar do quadro reduzido.

Dessa forma, apontam a necessidade da ampliação do quadro atual, que conta com 04 profissionais apenas, para uma equipe de 07 servidores especializados e assim atender o déficit técnico existente atualmente.

Em relação à especialidade em Psicologia, a Divisão de Assistência Direta à Saúde – DSAUD, assinala uma sobrecarga nos antedimentos para a especialidade Psicologia Clínica, o que impede a ampliação dos projetos em andamento e gera uma fila de espera, a qual impacta negativamente na oferta do serviço.

Assim sendo, a DSAUD informa que a contratação de mais 02 psicólogos acarretaria em uma considerável melhoria na eficiência dos atendimentos e na possibilidade de ampliação e criação de novos programas de promoção da saúde, com vistas ao acolhimento e valorização dos servidores desta Corte.

Já a Coordenadoria de Gestão de Documentos – COGEDOC, reforça a atuação dos profissionais arquivologistas na implementação da Política de Gestão de Documentos do TCDF, instituída por meio da Resolução nº 313/2018 e a gestão e administração do e-TCDF, bem como as iniciativas para a operacionalização da digitalização de Processos, a integração com outros sistemas de gestão eletrônica de documentos por meio do barramento PEN e a implementação do Protocolo Digital.

A COGEDOC, na sua argumentação, relata o declínio da força de trabalho na unidade por conta de aposentadorias, aponta algumas iniciativas impactadas pelo déficit da especialidade arquivologia, as quais acarretariam em possíveis riscos aos processos de gestão documental do Tribunal. Alertam sobre a ampliação da estrutura e competências da unidade e a incompatível redução de pessoal.

Para suprir o déficit, a unidade solicita a criação de 02 (duas) vagas de Arquivista no presente concurso, visando a garantia do funcionamento da COGEDOC e a consequente promoção da transformação digital, celeridade processual e preservação do patrimônio documental em âmbito institucional.

Diante deste cenário, não resta dúvida quanto à necessidade de adoção de providências com vistas a repor a força de trabalho, num prazo não muito distante, de modo a evitar o comprometimento das atividades precípuas desta Corte de Contas, de vez que se cuida de cargos essenciais ao respectivo desenvolvimento institucional, estando deste modo satisfeita a exigência contida no item II, alínea “a”, da Decisão TCDF nº 1927/12, referente à demonstração objetiva da necessidade do preenchimento dos cargos em questão.

3. Dos Requisitos Legais

3.1. Da previsão de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Consoante previsto no Anexo IV, da Lei nº 7.313/23, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício de 2024, há autorização legislativa específica para a realização de concursos públicos para cargos da carreira Auxiliar do Tribunal de contas do DF, dentre eles o de Analista de Administração Pública, que teve a

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

nomeclatura alterada para Auditor de Controle Externo – Área Especializada, conforme o artigo 2º, da Lei 7.257/23.

Neste contexto, como pode ser observado, há autorização para a realização e nomeação em concurso público de 10 Auditores de Controle Externo – Área Especializada (Analista de Administração Pública), com 3 vagas destinadas ao concurso regido pelo Edital nº 1 – TCDF/SERVIÇOS AUXILIARES, de 1º de agosto de 2023, restando 7 (sete) vagas devidamente autorizadas.

ANEXO IV									
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024									
DESPESAS DE PESSOAL AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS									
(PLDO, art. 42, § 5º)									
AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 42, § 5º, DO PLDO PARA 2024, CONSOANTE O DISPOSTO NO ART. 169, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL									
A realização das medidas constantes deste Anexo fica condicionada à observância dos limites para cada um dos poderes, na forma do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal e para todos os meses e bimestres de 2023 e seguintes, bem como à disponibilidade orçamentária e financeira.									
DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO		PROVIMENTO		ATO DE AUTORIZAÇÃO E/OU EDITAL OU PROCESSO DE SOLICITAÇÃO	VALOR DAS DESPESAS TOTAIS AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS, NO PERÍODO ⁽¹⁾			
	CARGOS EFETIVOS	QUANT. CARGOS	CARGOS EFETIVOS	QUANT. CARGOS		2024	2025	2026	
I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO, EXCETO REPOSIÇÕES ⁽¹⁾									
I. PODER LEGISLATIVO		20		210		67.970.803	70.159.561	70.455.993	
I.1 - Câmara Legislativa do DF				180		60.192.519	60.890.440	61.186.872	
I.1.1 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público			Consultores Técnico Legislativos; Consultores Legislativos e Procuradores Legislativos (todos de Nível Superior) e de Técnico Legislativo (Nível Médio)	50	Processo CLDF 00001-00015475/2023-77	19.378.590	19.831.637	19.881.707	
I.1.2 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público			Consultores Técnico Legislativos; Consultores Legislativos e Procuradores Legislativos (todos de Nível Superior) e de Técnico Legislativo (Nível Médio)	60	Processo CLDF 00001-00015475/2023-77	23.254.320	23.393.846	23.534.209	
I.1.3 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público			Consultores Legislativos (Nível Superior) - Área Direitos Humanos, Minorias, Cidadania e Sociedade	30	Processo CLDF 00001-00015475/2023-77	7.438.140	7.482.769	7.527.665	
I.1.4 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público			Consultores Técnico Legislativos (Nível Superior) - Categoria Enfermeiro	20	Processo CLDF 00001-00015475/2023-77	4.958.760	4.988.513	5.018.444	
I.1.5 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público			Técnicos Legislativos (Nível Médio) - Categoria Técnico em Enfermagem	20	Processo CLDF 00001-00015475/2023-77	5.162.709	5.193.685	5.224.847	
I.2 - Tribunal de Contas do DF		20		30		7.778.284	9.269.121	9.269.121	
I.2.1 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público			Auditor de Controle Externo	10	Processo TCDF 00600- 00003390/2023-04	2.431.265	2.897.257	2.897.257	
I.2.2 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público			Analista de Administração Pública	10	Processo TCDF 00600- 00003390/2023-04	2.431.265	2.897.257	2.897.257	
I.2.3 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público			Técnico de Administração Pública	10	Processo TCDF 00600- 00003390/2023-04	1.429.134	1.703.051	1.703.051	
I.2.4 - Alteração da estrutura de cargos em comissão e funções de confiança	Criação e Transformação de Cargos e funções	20			Processo TCDF 00600- 00003390/2023-04	1.486.620	1.771.556	1.771.556	

Informamos que encontra-se em vias de aprovação projeto de lei dispondo sobre a alteração do referido Anexo IV, da Lei 7.313/23, para melhor detalhar o quadro acima e contemplar textualmente a autorização específica referente ao cargo de Procurador, como pode ser observado no quadro abaixo:

DESPESAS DE PESSOAL AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 43, § 5º DA LDO 2011, CONSOANTE O DISPOSTO NO ART. 169, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL								
A realização das medidas constantes deste Anexo fica condicionada à observância dos limites para cada um dos poderes, na forma do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, apurados no exercício de 2023, e à disponibilidade orçamentária e financeira.								
PODER LEGISLATIVO (TCDF)								
I - CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO, EXCETO REPOSIÇÕES								
Discriminação	Cargo	Qtd	Ato de Autorização	Custo de Pessoal para 2024	Custo de Pessoal para 2025	Custo de Pessoal para 2026	Custo de Pessoal para 2027	
1. PODER LEGISLATIVO								
1.2 - Tribunal de Contas do DF								
Provimento								
1.2.1 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público	Auditor de Controle Externo - Área Auditoria	10	Processo TCDF 00600-00003390/2023-04	2.477.574	2.684.039	2.684.039	2.684.039	
1.2.2 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público	Auditor de Controle Externo - Área Especializada	10		2.477.574	2.684.039	2.684.039	2.684.039	
1.2.3 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público	Analista Administrativo de Controle Externo	10		1.456.355	1.577.718	1.577.718	1.577.718	
1.2.4 - Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público	Procurador Junto ao Ministério Público	1		452.782	516.790	516.790	516.790	
1.2.5 - Alteração da estrutura de cargos em comissão e funções de confiança	Criação de cargos e funções	20		1.486.620	1.610.505	1.610.505	1.610.505	
Subtotal		51		8.350.905	9.073.091	9.073.091	9.073.091	
II. ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO								
Discriminação	Cargo	Qtd	Ato de Autorização	Custo de Pessoal para 2024	Custo de Pessoal para 2025	Custo de Pessoal para 2026	Custo de Pessoal para 2027	
1.2.1 - Projeto em elaboração (Projeto S/N)	Reposição de Perdas Inflacionárias	660	Processo TCDF 00600-00003390/2023-04	34.522.197	38.101.667	38.470.613	38.843.249	
1.2.2 - Projeto em elaboração (Projeto S/N)	Implementação progressiva da Gratificação de Atividade da Carreira de Controle Externo, de 3% para 5%	435		1.417.320	3.070.860	3.070.860	6.945.796	
Subtotal		1.095		35.939.517	41.172.527	41.541.473	45.789.045	
Total Geral Anual		1.146		44.290.422	50.245.618	50.614.564	54.862.136	

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

No entanto, considerando que no caso do cargo de Procurador cuida-se não de provimento originário, mas de reposição de vaga, não parece haver qualquer óbice que impeça o início dos procedimentos de contratação da instituição, planejamento e realização do certame, haja vista que não haverá qualquer impacto decorrente de novas nomeações, no decorrer do exercício de 2024. Contudo, mesmo que houvesse impacto estaria abrangido pela exceção prevista no próprio enunciado constante no Anexo IV da Lei nº 7.313/23, por força do qual, as autorizações específicas relativas ao concurso estão limitadas aos cargos nominalmente previstos “exceto reposições”, verbis:

“ANEXO IV
LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2024
DESPESAS DE PESSOAL AUTORIZADAS A
SOFREREM ACRÉSCIMOS (LDO, art. 42, §5º)
(...)
I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS,
EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO
DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO, **EXCETO REPOSIÇÕES**”
(destacamos)

Para que não paire dúvida quanto ao enquadramento na exceção antes destacada, apresenta-se abaixo o quadro com a origem das vagas atualmente existentes em relação ao cargo de Procurador:

Quantidade	Data do surgimento da vaga	Origem da vaga	Ocupante anterior
Cargo vago 1	13/07/2023	Exoneração	Danilo Moraes dos Santos

3.2. Das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal

Com base nas simulações de impacto sobre a folha de pagamento de pessoal, elaboradas pelo Serviço de Pagamento de Pessoal – SEPAG, a Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças – SECOF informou que o impacto fiscal, decorrente da realização dos concursos públicos em foco poderá atingir o limite de 1,17% (limite de alerta) em 2024; 1,07%, em 2025; e 1,03%, em 2026, portanto inferior ao limite máximo de 1,30% previsto para as despesas com pessoal desta Corte de Contas, estando em consonância com o disposto nos artigos 19, 20, 21 e 22 da LRF.

Em relação ao alerta apontado pela diligente SECOF, cabe ressaltar que as nomeações decorrentes dos concursos em tela somente ocorrerão, no melhor dos cenários, quanto ao cargo de Auditor de Controle Externo – área Especializada no segundo semestre de 2024, e, quanto o cargo de Procurador, em meados de 2025, haja vista os prazos legais, os trâmites para a contratação da banca organizadora e as etapas que envolvem o processo de seleção para os respectivos cargos, a exemplo dos cronogramas similares constantes nos procedimentos anteriores.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS**4. Do Objeto do Concurso Público****4.1. – Das Vagas:**

Cargo		Quantidade de vagas*
Procurador (MP junto ao TCDF)		01
Auditor de Controle Externo – Área Especializada	Especialidade Tecnologia da Informação: Orientação Microinformática e Infra Estrutura de TI	03
	Especialidade Psicologia	02
	Especialidade Arquivologia	02

*com formação de cadastro reserva

4.2. Das etapas dos certames

Os concursos em questão serão realizados em Brasília, observadas as seguintes etapas:

Cargo	Etapas			
	Etapa 1 - Provas Objetivas	Etapa 2 - Provas discursivas	Etapa 3 – Prova oral	Etapa 4 – Prova de títulos
Procurador (MP junto ao TCDF)	SIM	SIM	SIM	SIM
Auditor de Controle Externo – Área Especializada	SIM	SIM	NÃO	NÃO

4.3. Da remuneração inicial

Cargo	Remuneração inicial
Procurador (MP junto ao TCDF)	R\$ 35.710,46
Auditor de Controle Externo – Área Especializada	R\$ 20.174,76

Lei nº 14.520/2023 e Lei nº 14.521/2023
Lei nº 7.245/2023**4.4. Os requisitos legais para investidura nos cargos**

Conforme consta estabelecido nas leis relativas a cada carreira ou cargo, conforme cada caso, os requisitos de escolaridade, formação e demais requisitos assemelhados serão os seguintes:

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

Cargo	Requisitos	Fundamentação legal
Procurador (MP junto ao TCDF)	Diploma, devidamente registrado, de bacharel em Direito há pelo menos dois anos, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).	Art. 187, da Lei Complementar nº 75/93. e Lei Complementar nº 1/94.
Auditor de Controle Externo – Área Especializada	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).	Art. 6º, inciso I, alínea “a”, arts. 15 e 16 da Lei nº 4.356/09 alterada pela Lei 7.245/23

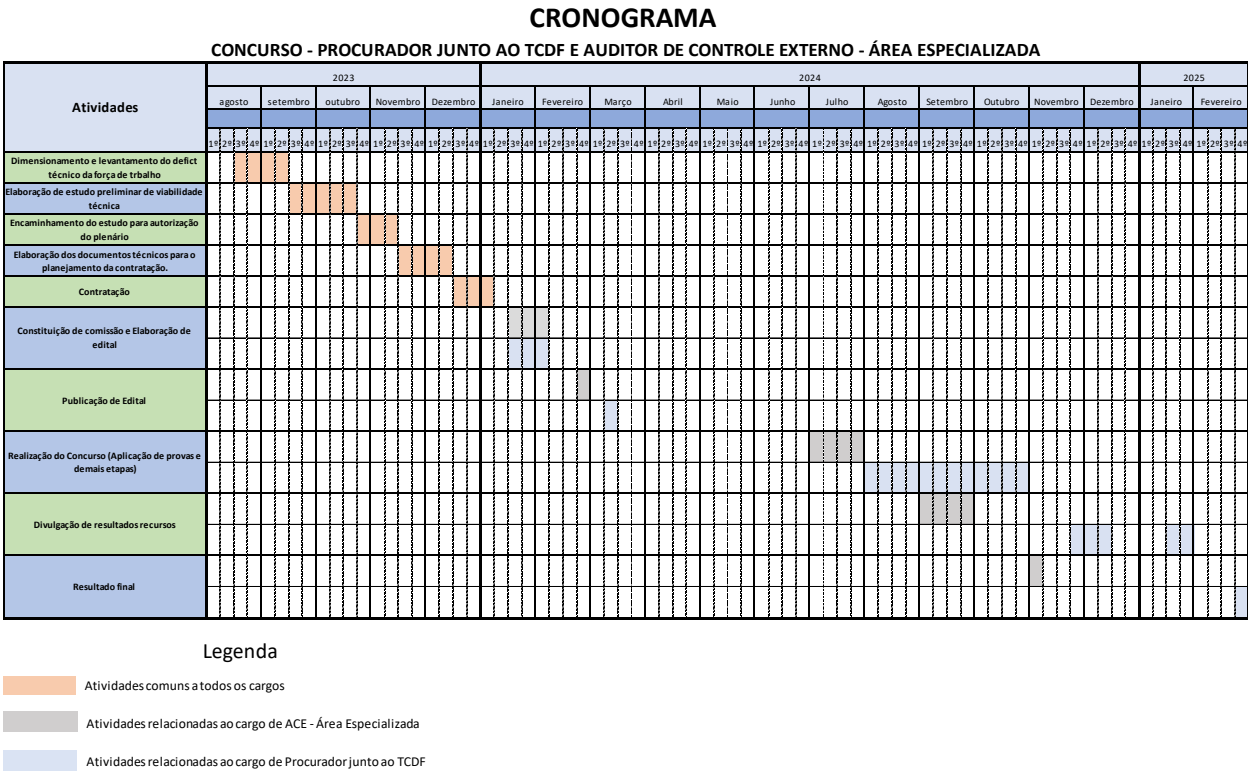
4.5. Da legislação distrital aplicável aos concursos públicos

Além das disposições legais previstas na Constituição Federal e nas leis de abrangência nacional relativas aos concursos públicos, deverão ser observados os requisitos, parâmetros, critérios e demais exigências estabelecidas nas normas abaixo indicadas, as quais dispõem sobre a realização de concursos públicos para provimento de cargos no âmbito do Distrito Federal:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88);
- Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF);
- Lei Complementar nº 75/1993 - Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.
- Lei Complementar nº 01/1994 – Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal;
- Lei Complementar Distrital nº 840/2011 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais;
- Lei Distrital nº 4.949/2012 - Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal;
- Lei Distrital nº 5.818/2017 - Dispõe sobre a isenção do pagamento de valores a título de inscrição em concursos públicos no âmbito do Distrito Federal para os eleitores que tenham prestado serviço eleitoral;
- Lei Distrital nº 6.321/2019 – Reserva, aos negros e negras, 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos, no âmbito da administração pública, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista controladas pelo Distrito Federal e do Poder Legislativo, nos termos do que dispõe a [Lei federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014](#).
- Lei Distrital nº 6.741/2020 - Reserva aos comprovadamente hipossuficientes 10% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista no Distrito Federal.
- Lei Distrital nº 5.968/2017 - Dispõe sobre a redução no valor da taxa de inscrição em concursos públicos realizados no Distrito Federal para cadastrados no banco de dados como possíveis doadores de medula óssea;
- Lei nº 12.764/2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

- Lei nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Federal nº 3.298/1999 - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 6.949/2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- Lei Distrital nº 6.637/2020 - Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal
- Lei Distrital nº 4.317/2009 - Institui a Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências;
- Lei Distrital nº 4.356/2009 - Institui o Plano de Carreira, Cargos e Remunerações dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências;
- Lei Distrital nº 7.245/2023 - dispõe sobre a recomposição das tabelas de remuneração do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

4.6. Do cronograma inicial



5. Da Realização do Concurso

5.1. Solução Escolhida:

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) não dispõe de unidade



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

operacional ou órgão especializado no serviço de elaboração e execução de processo seletivo de pessoal por meio de concurso público, razão pela qual fez-se necessário elaborar o presente estudo, com vistas a autorização para contratação da instituição especializada na realização de concursos públicos.

5.2. Da Forma de Contratação:

A realização de concurso público é espécie de serviço que exige capacidade organizacional específica. Envolve expressiva quantidade de atividades e significativo empenho na realização dos serviços, com foco simultâneo no alto nível de avaliação dos candidatos, na preservação da segurança e confiabilidade dos procedimentos, a fim de não frustrar os objetivos do certame por nulidades.

Isto impõe que a contratada disponha de estrutura adequada, capacidade técnica e operacional para realizar o objeto da contratação, tenha notória e comprovada reputação éticoprofissional, aliada a vasta experiência na realização de concursos públicos de grande porte, dirigidos a cargos com a envergadura dos que constam especificados no presente estudo.

Considerando as circunstâncias de fato supracitadas, bem como a essencialidade de realização do concurso público em tela, para o desenvolvimento institucional do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), pretende-se efetivar a presente contratação com fundamento no art. 75, inciso XV, da lei Federal nº 14.133/2021:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

XV – para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;”.

Dos dispositivos legais supracitados identificam-se os seguintes requisitos de qualificação necessários à contratada:

- ser entidade brasileira e não possuir fins lucrativos;
- possuir a atividade de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, prevista regimentalmente ou no estatuto da instituição;
- deter comprovada idoneidade e reputação ético-profissional na estrita área para a qual está sendo contratada.

Em relação à contratação por com fulcro no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, frise-se que o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) possui o Enunciado nº 109, in verbis:

SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA - ENUNCIADO Nº 109

Dispensa de licitação.

Na aplicação do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, atendidos os demais requisitos que a norma indica, deve ser comprovada, especificamente, a estrita compatibilidade e pertinência entre o objeto a ser contratado e o objetivo social da instituição que ensejou a reputação ético-profissional, além de demonstrar que essa dispõe de estrutura adequada à suficiente prestação daquele, vedada a subcontratação.

Em que pese a referência ao art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93, trata-se

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

do mesmo instituto previsto na nova Lei de Licitações, autorizando a contratação administrativa direta, desde que atendido os requisitos legais.

De igual forma, o Tribunal de Contas da União (TCU) possui acórdãos concluindo pela possibilidade de contratação direta de instituição organizadora de concurso público, como exemplo, pode-se citar os seguintes excertos:

o entendimento hodierno desta Casa é no sentido da possibilidade na contratação direta, com dispensa de licitação, de entidade para a realização de concurso público, nos termos do art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, desde que respeitadas as exigências do referido dispositivo legal (...) Não obstante, impõe-se reconhecer que a interpretação do art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993 não suporta toda e qualquer contratação direta de instituição para realização de concurso público, mas apenas de instituições que atendam aos requisitos constantes do próprio texto legal, ou seja: ser brasileira, não ter fins lucrativos, apresentar inquestionável reputação ético-profissional, ter como objetivo estatutário-regimental a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento institucional. Além disso, a instituição deve deter reputação ético profissional na estrita área para a qual está sendo contratada (Decisão 908/1999-Plenário-TCU) e o objeto contratado deve guardar correlação com o ensino, pesquisa ou o desenvolvimento institucional” (Acórdão 2360/2008, Segunda Câmara, Relator Ministro André de Carvalho). (grifo nosso).

*20. (...) Particularmente, sou um dos que advogam que as fundações de apoio têm um papel importante a desempenhar na área de concursos públicos e de exames vestibulares, atividade na qual algumas fundações têm se destacado notavelmente. **É o caso, por exemplo, do Cespe, ligado à Universidade de Brasília, que tão valioso auxílio tem prestado ao nosso ISC na sua missão exitosa de dotar esta Corte com quadro de pessoal altamente qualificado, como se reconhece unanimemente.***

21. Os Acórdãos 569/2005 e 1.561/2009, ambos do Plenário deste Tribunal, seguem a trilha do cabimento da contratação dessas entidades para a realização de concursos públicos, sem licitação, desde que o gestor demonstre cabalmente a relevância dos profissionais visados para o desenvolvimento institucional do órgão ou entidade interessada. Eis o que diz o sumário do último acórdão citado:

‘É permitida a contratação direta, com base no art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, de instituição para promoção de concurso público, desde que observados os requisitos do mencionado artigo, bem como demonstrado, com critérios objetivos, no plano estratégico do órgão ou em instrumento congênere, a essencialidade do preenchimento do cargo objeto do concurso público para o seu desenvolvimento institucional’ (Acórdão 1.339/2010, Primeira Câmara, Relator Ministro Augusto Nardes) (grifo nosso)¹²

Obtempera ressaltar ainda o teor da deliberação tomada pelo. Plenário deste Tribunal de Contas, na Decisão nº 4310/2019, quando fixou entendimento a respeito da contratação de instituição especializada na realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos: “a) não há como caracterizar o concurso público como um

¹ No mesmo sentido pode-se citar a Súmula nº 287 do TCU: “É lícita a contratação de serviço de promoção de concurso público por meio de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, desde que sejam observados todos os requisitos previstos no referido dispositivo e demonstrado o nexo efetivo desse objeto com a natureza da instituição a ser contratada, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado”.

² Pela viabilidade de contratação de concurso público por dispensa de licitação, destacam-se ainda os seguintes precedentes do TCU: Acórdão 569/2005 – Plenário; Acórdão 950/2010 – Plenário; Acórdão 1111/2010 – Plenário; Acórdão 3019/2012 – Plenário; Acórdão 2139/2014 – Plenário; e Acórdão 2109/2008 – 2ª Câmara.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

serviço prestado pelo Estado, principalmente porque não tem o objetivo de satisfazer, por si só, qualquer necessidade da coletividade. Trata-se de um procedimento jurídico-constitucional preparatório e obrigatório para preenchimento de cargos e empregos públicos; b) o concurso público pode ser elaborado diretamente pelo Estado, ou mediante a contratação de banca examinadora, a teor do disposto no art. 2º, § 1º, da Lei n.º 4.949/2012”.

Nesse sentido, cabe destacar que o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe qualifica-se como Organização Social, sem fins lucrativos, resultante da alteração da natureza jurídica do antigo CESPE. Nos termos do Decreto nº 8.078/2013, publicado no DOU de 20/08/20139 e do Contrato de Gestão, o antigo órgão da Universidade de Brasília passou a ostentar a natureza de associação civil, qualificada pela União como Organização Social.

Conforme consta da cláusula primeira do contrato de gestão, firmado entre o CESPE/CEBRASPE e a União/Ministério da Educação, incumbe ao CEBRASPE “o estabelecimento de parceria entre as partes relacionadas nas atividades de gestão de programas, projetos, apoio técnico, e logístico para subsidiar sistemas de avaliação educacional”, definição que indiscutivelmente abrange as atividades de realização de concursos públicos, pois a realização de provas se enquadra no conceito de “sistemas de avaliação educacional”. Além disso, nos termos da cláusula segunda deste contrato, a execução de avaliações nas áreas de ensino e desenvolvimento institucional, constitui-se como objetivo estratégico e atividade a ser desenvolvida no âmbito do programa de trabalho, para o período de 2014 a 2019.

Já o Estatuto do CEBRASPE traz, no art. 5º, incisos IV e V, como finalidades precípuas dessa instituição, os seguintes objetivos:

- a) o desenvolvimento de atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas na área de avaliação e seleção;
- b) as prestações de serviços relacionados à sua finalidade, em especial a realização de concursos públicos, processos de seleção, exames e avaliações, certificações, creditações e correlatos.

Ressalte-se que o CEBRASPE goza de renome e projeção de âmbito nacional, sendo notoriamente reconhecido por realizar concursos públicos, processos seletivos e vestibulares de grande porte, com reconhecida seriedade, efetividade, segurança e excelência acadêmica.

O CEBRASPE é detentor da expertise acumulada em mais de 20 anos de experiência na área de planejamento e execução de seleções, avaliações e certificações em todo o país. Instituições como o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público da União (MPU), a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Câmara dos Deputados (CD), o Senado Federal (SF), o Instituto Rio Branco (IRBR/MRE), o Banco do Brasil S.A. e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) incluem-se no extenso grupo que demonstra a credibilidade deste Centro para a realização de seleções, concursos, avaliações educacionais e certificações.

Conforme informações do Cebraspe, nos últimos 5 (cinco) anos a referida entidade realizou expressiva quantidade de concursos públicos, em todo o território nacional, em atendimento a órgãos e entidades públicas de todas as esferas, com milhares de candidatos inscritos, a saber:

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

INSTITUIÇÃO/EVENTO	Inscritos
2023	
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE MATO GROSSO (AGER MT)	5.722
CONSELHO NACIONAL (CNMP)	21.127
EMPREL	1208
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB Unb)	18.220
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (MPE/BA)	4.877
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA (MPE/RO)	1.662
PETROBRAS	115.291
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS PC	15.252
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA PM/SC - OFICIAL	2813
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA PM/SC - SOLDADO	13458
PREFEITURA DE BOA VISTA	12.318
PREFEITURA DE FORTALEZA (SEFIN)	9985
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RORAIMA (PGE/RR)	Em processamento
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NATAL- (PGM/NATAL RN)	3027
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PGM/SP)	9.316
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RECIFE (SEDUC/RE)	17.657
SERPRO	21579
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA TJ/SC	Em processamento
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJ/CE)	35.639
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TJ/ES)	19.801
2022	
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - CONCURSO	3.710
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - PSS	3.480
AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL) 01	1.112
AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL) 02	396
BANCO DO NORDESTE	2.740
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BANRISUL)	3.458
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA (CBM/RO)	699
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA (DEFENSOR)	1.228
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (SERVIDOR)	18.220
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO (FUNPESP)	2.489
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)	1.023.501
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - PSS	3.209

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - PSS	829
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (PROMOTOR)	4.296
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE (PROMOTOR)	3.196
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PROCURADOR DE CONTAS)	410
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SERVIDOR)	5.271
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE (PROMOTOR)	1.017
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS (DELEGADO)	10.754
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (DELEGADO)	9.177
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA	19.812
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL (PROCURADOR)	6.905
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ (PROCURADOR)	1.800
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SERVIDOR)	11.262
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE/PE (PROCURADOR)	3.519
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA	920
POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DE ALAGOAS (POLC/AL)	17.840
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA (POLITEC)	4.790
PREFEITURA DE JOINVILLE/SC	6.108
PREFEITURA DE MARINGÁ/PR (MÉDICO)	288
PREFEITURA DE MARINGÁ/PR (SERVIDORES DE NÍVEL SUPERIOR)	9.251
PREFEITURA DE MARINGÁ/PR (PROFESSOR)	4.387
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO/SE	4.114
REDE SARAH HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO – SELEÇÃO 01 (TÉCNICO DE ENFERMAGEM)	13.708
REDE SARAH HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO – SELEÇÃO 02	5.933
REDE SARAH HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO – SELEÇÃO 03	8.924
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	3.577
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SEE/PE (ANALISTA E ASSISTENTE)	75.922
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SEE/PE (PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	45.086
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SEE/PE (PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E MÚSICA)	854
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO DE RORAIMA (SEPLAN/RR)	1.953
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE/PB (AUDITOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO)	224

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE/PB (MÉDICO)	309
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE/RJ (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)	1.105
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO – TJMA (JUIZ)	2.581
2021	
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - PSS	618
AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL)	1.750
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. (BANESE)	24.335
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ	3.114
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE	2.263
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	19.057
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO TOCANTINS	15.917
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA (SERVIDOR)	10.244
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE (DEFENSOR)	5.300
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ (DEFENSOR)	2.670
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ (DEFENSOR)	2.160
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (DEFENSOR)	3.190
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS (DEFENSOR)	1.816
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	321.615
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	304.330
FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA	694
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – RES. MÉDICA	609
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – RES. MULTIPROFISSIONAL	570
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - AGENTE PESQUISA MAPEAMENTO	57.893
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE (APT)	14.623
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - SUPERVISOR DE COLETA E QUALIDADE	51.164
INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE (IBAMA)	151.062
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO)	33.217
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - PSS	826
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ (SERVIDOR)	7.292
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ (PROMOTOR)	2.928
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (PROMOTOR)	1.316

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ (PROCURADOR DE CONTAS)	308
PETROBRAS	160.567
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA PARAÍBA	95.424
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS	43.073
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SERGIPE	12.575
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DELEGADO	12.360
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	67.884
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA	12.468
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO	2.193
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	4.590
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	1.494
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA	1.477
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA	4.714
PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO DO CEARÁ	3.989
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS	29.372
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS	6.197
SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE SERGIPE	3.291
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DE RORAIMA (AUDITOR FISCAL)	3.740
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ	15.091
SECRETARIA DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DE ALAGOAS	11.484
SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SERES/PE)	17.909
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	1.835
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS	32.194
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SINFRA/MT)	739
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. (TELEBRAS)	8.374
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE/RJ (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)	1.105
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE/RJ (TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO)	13.947
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA 2020	8.748
ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ	6.164
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ	30.601
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN)	179.691
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB)	Em andamento, após suspenso em razão da Pandemia
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PROMOTOR)	4.482
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF) - AGENTE	88.891

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

PREFEITURA DE BARRA DOS COQUEIROS/SE	75.781
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO)	5.864
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (PROCURADOR DE CONTAS DO MPC/DF)	564
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	10.233
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ANALISTA)	35.733
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TÉCNICO)	71.385
2019	
CONSELHO TUTELAR DO DISTRITO FEDERAL	4.147
CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (AUDITOR)	7.519
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	10.263
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (HUB) – MULTIPROFISSIONAL 2020	857
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (HUB) – RESIDÊNCIA MÉDICA 2020	783
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ (PROCURADOR)	486
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ (SERVIDOR)	7.445
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (PROMOTOR)	7.782
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (SERVIDOR)	28.979
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (PROMOTOR)	2.525
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - ESCRIVÃO	52.636
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SERGIPE - DELEGADO	4.677
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	129.152
PREFEITURA DE SÃO CRISTOVÃO	5.014
PROCESSO SELETIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA CONCILIADOR E JUIZ LEIGO	30.627
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	59.038
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SERVIDOR	19.923
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - PROCURADOR	585
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS (SEFAZ/AL) - AUDITOR	8.207
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL (SEEC/DF)	15.949
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	18.655
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - PROCURADOR	354
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SERVIDOR	2.781
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA – JUIZ	7.382
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - NOTÁRIOS	696
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS -	68.750

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

SERVIDOR	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – JUIZ	3.316
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – SERVIDOR	69.814
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – SERVIDOR	149.789
2018	
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	108.315
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – ÁREA ADMINISTRATIVA	20.161
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – ÁREA ASSISTENCIAL	53.716
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – ÁREA MÉDICA	4.009
EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA	13.675
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	14.076
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – 2018/1 – RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL	338
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – 2018/1 – RESIDÊNCIA MÉDICA	782
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (HUB) – RESIDÊNCIA MÉDICA 2019	669
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (HUB) – MULTIPROFISSIONAL 2019	449
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE – PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	5.836
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE – SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	13.336
INSTITUTO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL – 2018	10.258
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	65.252
INSTITUTO RIO BRANCO – CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA	5.295
MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ	16.550
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	264.939
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SERGIPE – DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DA 3ª CLASSE	4.677
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	147.764
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	3.582
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	28.729
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS	3.431
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO	12.030
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL	9.005
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	66.612
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS	11.356
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA – JUIZ SUBSTITUTO	7.001

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	7.036
2017	
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)	64.882
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS – CBMAL (COMBATENTE)	11.480
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE – DPE/AC (DEFENSOR)	1.291
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS – DPE/AL (DEFENSOR)	2.937
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – DPU (DEFENSOR)	12.548
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – HUB (RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL)	268
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – HUB (RESIDÊNCIA MÉDICA)	732
INSTITUTO RIO BRANCO – IRBR (CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA)	5.939
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – MPE/RR (PROMOTOR)	2.150
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO GOIÁS – SEGPLAN (DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO)	13.311
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE – PGE/SE (PROCURADOR)	4.031
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA	7.493
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA (POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL)	13.290
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS – PM/AL (SOLDADO)	57.382
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO – PC/MA	14.146
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO – PM/MA	102.738
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	7.846
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – SEMAD	30.968
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEE/DF	152.123
SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	8.148
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – TCE/PE	23.115
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (JUIZ SUBSTITUTO)	7.720
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA	61.249
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – TRE/PE	57.822
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS – TRE/TO	14.291
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (SERVIDOR)	174.106
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (JUIZ SUBSTITUTO)	7.674
2016	
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA	60.481

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	4.298
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (ADMINISTRATIVO)	116.428
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO	5.652
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER JUDICIÁRIO – FUNPRESP-JUD	4.957
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB (SERVIDOR)	13.510
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL	1.087.864
INSTITUTO RIO BRANCO – IRBR (CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA)	4.925
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	57.766
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS	3.054
SEBRAE NACIONAL – CERTIFICAÇÃO	4.060
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SDS/PE (CIENTÍFICA)	10.476
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SDS/PE (CIVIL)	53.717
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO GOIÁS – SEGPLAN (AGENTE DE POLÍCIA SUBSTITUTO E ESCRIVÃO DE POLÍCIA SUBSTITUTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS)	31.331
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO)	12.937
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	26.273
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (ANALISTA DE CONTROLE)	7.576
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (AUDITOR)	902
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL)	5.145
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS (JUIZ SUBSTITUTO)	1.841
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO	35.539
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO (TÉCNICO JUDICIÁRIO)	2.628
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ (ANALISTA E TÉCNICO JUDICIÁRIO)	15.492
2015	
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (ADVOGADO DA UNIÃO DE 2ª CATEGORIA)	23.667
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ – CGE/PI	1.718
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – DEPEN	52.596
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – DPE/PE	4.062
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – DPE/RN	3.064
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – DPU	13.012

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB	24.599
INSTITUTO RIO BRANCO (PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA / BOLSA-PRÊMIO DE VOCAÇÃO PARA DIPLOMACIA)	851
INSTITUTO RIO BRANCO (CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA)	5271
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP)	35.934
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	17.442
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR (PROCURADOR)	3.315
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ	71.420
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (AUDITOR)	309
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (SERVIDOR)	1.548
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO)	9.417
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU)	563
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO)	38.723
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. (TELEBRAS)	4.180
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (JUIZ SUBSTITUTO)	4.008
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO)	3.399
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (SERVIDOR)	71.833
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE GOIÁS	2.6966
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	16.663
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ	15.490
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	20.045
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)	8.350
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)	5.692
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1.020
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (SEC/BA)	6.065
2014	
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL	44.656
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ	51.219
CAIXA ECONÔMICA (CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)	19.870
CAIXA ECONÔMICA (CARREIRA ADMINISTRATIVA)	1.156.790
CÂMARA DOS DEPUTADOS	91.108
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE	11.024

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ (PRIMEIRO-TENENTE DO QUADRO DE OFICIAIS)	1.876
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ (SOLDADO DA CARREIRA DE PRAÇAS)	9.422
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (ADMINISTRATIVO)	324.527
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL)	98.127
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB	2.616
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE –ICMBIO	54.182
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI	8.836
INSTITUTO RIO BRANCO – IRBR (CONCURSO PARA ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA)	4.152
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC	939
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC	21.284
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE	116.494
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE – MPE_AC	1.091
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ – PMCE	4.291
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA – PGE_BA	7.100
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ – PGE_PI	3.179
RESIDÊNCIA MÉDICA UNIFICADA	1.034
SEBRAE NACIONAL (PROGRAMA TRAINEE)	2.726
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA	29439
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF	28.715
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE_PB	659
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO)	8.513
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DO DISTRITO FEDERAL)	1.579
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DA BAHIA)	8.984
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE – TJSE	18.969
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SERGIPE)	1.097
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ – TJCE	59.166

A excelência acadêmica, técnica e operacional revela-se no modo característico de gerir os concursos que lhe são demandados e, de modo distinto, na sistemática e nos instrumentos de avaliação exclusivos, que privilegiam a avaliação de competências e habilidades, por meio de abordagem contextualizada e interdisciplinar, que integra teoria e prática.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

Em visitas realizadas em certames anteriores e no que está em andamento (2012 a 2023) foi constatada que a capacidade de execução é suportada por considerável parque tecnológico próprio, que possibilita a impressão de provas, a digitalização e interpretação de imagens de documentos, assim como o processamento de informações em ambiente controlado e submetido a procedimentos de sigilo e integridade.

Decorre da natureza, envergadura, nível de conhecimento e de responsabilidade dos cargos previstos neste estudo preparatório, os quais serão alvo de concurso público, que o respectivo certame envolva etapas e procedimentos mais complexos, exigindo assim adequada infraestrutura, consolidada capacidade de gestão e organização, sem os quais os resultados podem não ser satisfatórios.

Neste aspecto, além da comprovada competência na realização de concursos, a instituição em referência destaca-se ainda por dispor de consolidada estrutura de atendimento e suporte a candidatos, assim como de comunicação e divulgação.

Segundo informações colhidas na rede mundial de computadores, o Cespe/Cebraspe, acumula larga experiência em avaliar programas e sistemas educacionais, projetos governamentais, currículos escolares, sendo que os próprios procedimentos seletivos da Universidade de Brasília são por ele conduzidos.

Em âmbito nacional, destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e a Avaliação da Educação Básica (Saeb), desenvolvidos pelo Ministério da Educação. Nos últimos seis anos, o Centro produziu avaliações, que contaram com a participação de aproximadamente 20 milhões de estudantes.

6. Dos Pedidos

Por todo exposto, encaminho o presente processo a essa Secretaria de Gestão de Pessoas, com vistas ao crivo do Sr. Secretário-Geral de Administração, sugerindo a adoção das seguintes providências:

I – o conhecimento das solicitações apresentadas nos expedientes anexados às peças nº1, nº 5 , nº9 e nº 12 , com vistas à realização de concurso público para provimento de cargo de Procurador do Ministério Público junto ao TCDF e de cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, quais sejam, de Auditor de Controle Externo – Área Especializada, na especialidade Tecnologia da Informação - Orientação Microinformática e Infra Estrutura de TI, e nas especialidades Psicologia e Arquivologia;

II – conhecimento do presente estudo preliminar, visando a autorização para início dos procedimentos jurídico-constitucionais preparatórios e obrigatórios com vistas ao provimento dos cargos mencionados no item I acima, mediante a contratação de instituição especializada na realização de concursos públicos, na forma detalhada no item 5 deste estudo;

III - submeter os presentes autos ao conhecimento da insígne Presidência desta Corte, seguindo-se a apreciação e deliberação pelo e. Plenário, na forma prevista submeter o matéria em causa ao conhecimento e deliberação do e. Plenário, conforme previsto no art. 2º, inciso III *in fine*, do Regimento Interno desta Corte;

IV – ao final, seja autorizada a devolução deste processo a esta Supervisão



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

de Seleção e Estágios - SUSEL, para início dos procedimentos preparatórios a que alude a Decisão nº 4310/2019 e a subsequente contratação de instituição especializada, para fins de realização de concurso público com vistas aos provimento dos cargos vagos antes mencionados.

Brasília (DF), em 25 de outubro de 2023.

(assinado eletronicamente)

NORTON FERRAZ SANCHES

Supervisão de Seleção, Lotação e Estágios
Supervisor